

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO TURÍSTICO EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Pedro de Alcântara Bittencourt César¹, Beatriz Veroneze Stigliano² e Maria Gabriela Leopoldo e Silva³

Resumo – O planejamento turístico em áreas naturais apresenta, comumente, um enfoque baseado em dois vetores, o marketing e a sustentabilidade ambiental. Sabe-se, porém, que a intervenção no espaço, necessária para a recepção turística, deve ser mínima, baseada em critérios relacionados à manutenção do equilíbrio ambiental, de forma a manter a identidade do local.

Será efetuada uma análise de autores que abordam a temática do planejamento turístico, de forma a compreender a opinião corrente sobre as questões acima mencionadas. Este artigo também desenvolve uma reflexão sobre o modo adotado, na prática, pelas instituições oficiais responsáveis pelo desenvolvimento turístico no Brasil. Foram escolhidos documentos do processo de planejamento turístico desenvolvido na região do Lagamar, reconhecido como primeiro projeto de planejamento ecoturístico no país.

Palavra-chave – Planejamento sustentável, Unidades de Conservação, Ecoturismo, Lagamar

1. PLANEJAMENTO TURÍSTICO E ECOTURISMO

A Conservation International [1], na elaboração da apostila de Oficinas de Capacitação em Ecoturismo, recomenda o planejamento antecipado, a participação local, a análise de mercado e a instrução dos financiadores. Para isso, elabora um modelo (Ecopla-net) dividido em nove fases: estabelecimento das missões, objetivos e metas; inventário e análise de recursos; pesquisa de mercado; análise de impactos, de restrições e da participação pública - base para o desenvolvimento de produtos de ecoturismo; plano geral de desenvolvimento; elaboração do produto de ecoturismo; estratégia de marketing e de implementação.

A grande inserção espacial tem uma preocupação maior com a visão focada da paisagem do que com a territorialidade, permitindo um questionamento de preservação ambiental.

Neste contexto, a apostila anexa uma série de “critérios de arquitetura para ecoturismo” de autoria de Ricardo Caruana e apresenta uma tipologia para resolver problemas de conforto ambiental e de composição da paisagem

natural.

A WWF, ao elaborar a *Diretriz para Diagnóstico e Planejamento do Ecoturismo*, [2], apresenta “informações limitadas” sobre como proceder na transformação espacial para a criação de infra-estrutura e de instalações turísticas.

BOO, por sua vez, propõe que “a estratégia deverá guiar o desenvolvimento e gestão do ecoturismo a fim de assegurar que a área protegida não seja excessivamente ocupada nem destruída por turistas, de criar mecanismos capazes de gerar empregos e renda para a área protegida e para as comunidades próximas, e de oferecer educação ambiental aos visitantes”[3].

Para isso, deverão ser avaliadas as “situações atual e potencial e, em seguida, determinadas as situações desejáveis, além da identificação dos passos para concretizá-las. Por fim, recomenda a elaboração de um documento sobre a estratégia ecoturística.

BOO ainda apresenta uma preocupação com a transformação do espaço natural na criação de facilidades turísticas.

BLANEY e WOOD, em seu *Guia para planejamento e gestão*, não definem uma relação espacial e de planejamento, embora apresentem um enfoque ambiental detalhado.

LINDBERG e HUBER apresentam, como objetivos da gestão do ecoturismo, a cobertura de custo e a maximização de lucros, além da geração de oportunidades de empregos e de recreação local. Através de uma abordagem financeira, propõem a utilização de condicionadores financeiros como mecanismo de inibição de visitantes e, conseqüentemente, o controle de visitas. Não apresentam, entretanto, uma reflexão sobre a questão da interferência no espaço natural.

Como ANDERSEN define, seu trabalho visa o “desenvolvimento e o funcionamento de instalações que incorporam os princípios gerais do planejamento sensível ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentado. As questões discutidas irão, em muitos casos, transcender problemas estritamente ligados à arquitetura e ao desenvolvimento. Isto é um reflexo da complexidade da experiência do ecoturismo e da necessidade de se envolver a conservação do meio e da cultura locais” [4]. ANDERSEN não apresenta, neste trabalho, uma

¹ Arquiteto, Mestrando em Turismo – Unibero, professor pesquisador – Universidade Anhembi-Morumbi, prof. Uninove, Uniban e Unib e especialista em planejamento turístico, email:pedro@backpacker.com

² Bacharel e Mestranda em Turismo – ECA/USP e mestranda em “Leisure and Environments” – WAU/WICE Holanda, professora de cursos de graduação, consultora em planejamento turístico email:beatriz@backpacker.com

³ Academia de turismo, vinculado Projeto de Iniciação Científica – Universidade Anhembi-Morumbi, email: m.Gabriela@bol.com.br

relação da formação da paisagem turística com uma visão mais ampla de interferência do planejamento no espaço turístico.

BRANDON relata que o “Plano Estratégico para a Conservação Mundial de 1980 ressalta a importância do vínculo entre a administração da área protegida e as atividades econômicas das comunidades locais” [5]. Desta forma, elenca dez pontos para a participação da comunidade no turismo de natureza: “o papel da participação local, o engajamento efetivo como meta, a participação ao longo do projeto, a criação de investidores de risco, a união entre o lucro e a conservação, a distribuição dos lucros, o envolvimento de líderes na comunidade, o uso de agentes de mudança, a compreensão das condições específicas do local e o controle e a avaliação dos progressos” [6]. A autora apresenta um enfoque voltado para a conscientização dos agentes e para o comprometimento com e da comunidade local. Porém se distancia dos enfoques em transformações espaciais na formação do espaço turístico.

Como se pode notar nestes exemplos, o planejamento turístico em áreas naturais apresenta comumente um enfoque baseado em dois vetores, o marketing e a sustentabilidade ambiental. Nota-se uma tendência em se relacionar o planejamento turístico a conceitos de administração e marketing na criação de modelos aplicados a estes locais. Tal idéia é defendida por Acerenza, entre outros estudiosos destes modelos.

Porém, deve-se ter em mente, quanto ao processo de planejamento, que “dois fatores principais condicionam a eleição de determinado espaço para o uso turístico: sua valorização (cultural) pela prática social do turismo e a divisão social e territorial do trabalho” [7].

A forma com que os modelos de planejamento se posicionam em relação à questão espacial, transforma a abordagem territorial em um fator secundário, criando problemas de difícil equacionamento nas áreas ambientais, principalmente quando estas são apresentadas como produto turístico.

O planejamento espacial e o modelo de marketing utilizado para o planejamento turístico devem ser complementares, porque o “ecoturismo não somente tem a natureza como seu principal objetivo de consumo, mas, em função disso, requer uma densidade mínima de infraestrutura sobre o território dos quais se apropria”, sendo que “os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à colocação de infra-estrutura nos territórios para que o turismo possa acontecer como à circulação de pessoas que a pratica turística promove nos lugares” [8].

Sabe-se, porém, que a intervenção no espaço, necessária para a recepção turística, deve ser mínima e baseada em critérios relacionados à manutenção do equilíbrio ambiental, de forma a manter a identidade do local.

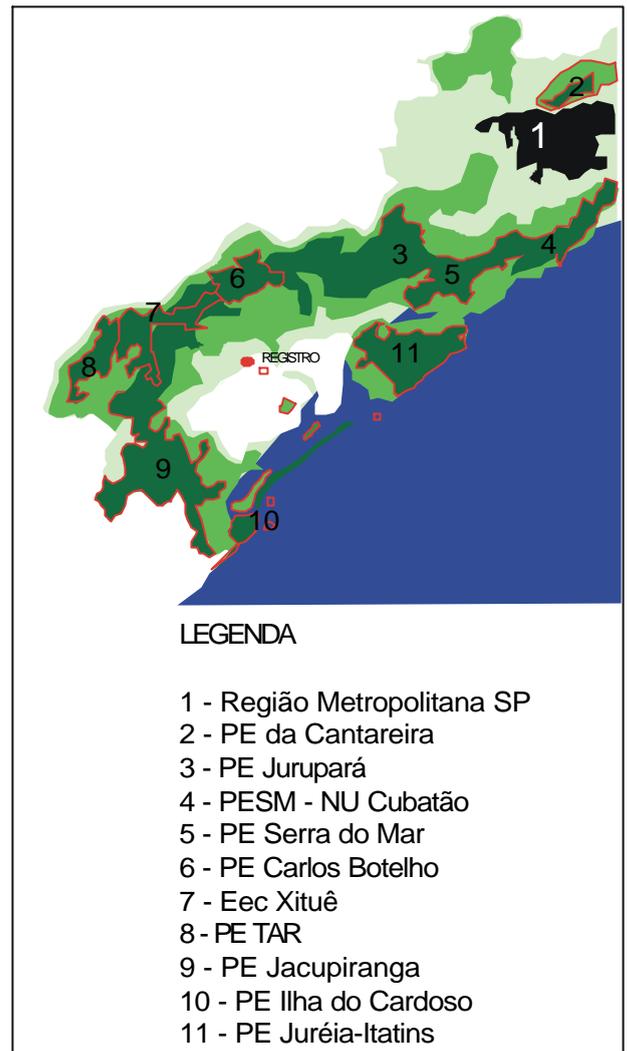


Fig. 1 Esquema - Biota da Mata Atlântica Região do Vale da Ribeira

2. PROJETO LAGAMAR

Ao debater sobre estes pontos, o artigo desenvolve uma reflexão sobre o modelo adotado, na prática, pelas instituições oficiais responsáveis pelo desenvolvimento turístico no Brasil. Para isso, foram escolhidos documentos do processo de planejamento turístico adotado na região do Lagamar, extremo sul do litoral paulista. O Vale do Ribeira é reconhecido como o primeiro local a adotar critérios de planejamento com enfoque em ecoturismo no país.

O projeto estudado, conhecido como “Pólo Ecoturístico LAGAMAR”, foi implantado pela ONG “SOS Mata Atlântica”. Sua área de abrangência corresponde a 35 mil km² e envolve a maior faixa contígua de Mata Atlântica ainda existente no país. Verifica-se a marcante presença de morros, serras, planícies e ilhas, além de vasta rede hidrográfica e do contato com o mar. A região do Lagamar é considerada pela UNESCO como “Reserva da Biosfera” e apresenta uma das

porções de maior biodiversidade do planeta. Sua população local é composta por índios e caiçaras. Observa-se, na área, a presença de sambaquis e de formações arqueológicas antigas, encontradas à beira de lagos, rios ou da costa. Grande parte da área localiza-se em Unidades de Conservação, que têm como principais objetivos a proteção e a conservação dos ecossistemas, das espécies da fauna ameaçadas de extinção, das áreas de nidificação de aves marinhas e migratórias, dos sítios arqueológicos, dos recursos hídricos e das áreas remanescentes de Mata Atlântica. A região engloba os municípios de Iguape, Ilha Comprida, Pariqueira-Açu e Cananéia. Situa-se entre dois grandes pólos emissores do turismo nacional: as cidades de São Paulo e Curitiba. O Vale do Ribeira apresenta grandes áreas legalmente protegidas (Unidades de Conservação), de baixa densidade demográfica e com a menor renda "per capita" do estado de São Paulo.

O projeto visa o desenvolvimento do ecoturismo na região, estruturando os serviços receptivo e emissor. Os critérios adotados são o uso dos recursos estruturais já existentes, a busca de viabilidade econômica em curto prazo e a independência burocrática institucional. Os princípios do ecoturismo devem ser respeitados, principalmente no que tange ao desenvolvimento sustentável (gestão verde com baixo impacto e constante controle, benefícios às comunidades anfitriãs, educação e conscientização).

Os objetivos do projeto são:

1) fomento do ecoturismo como atividade econômica sustentável;

2) criação de uma rede de atrativos ecoturísticos que ligue os 4 municípios abrangidos;

3) atingir diversos segmentos de demanda (adulto, escolar, esportes, aventura), diversificar as atividades a serem praticadas (caminhadas, canoas, bicicleta, barcos) e diversificar o tempo de duração da estada (de dois dias a uma semana).

O projeto se desenrolou em 4 fases, até o momento. São elas:

- primeira fase (outubro/95 a junho/96): realização do inventário dos recursos naturais, históricos, ecoturísticos, de infra-estrutura hoteleira, de alimentos e bebidas, de transporte e serviços. Após a elaboração do Inventário, partiu-se para o desenvolvimento de roteiros turísticos;

- segunda fase (junho/96 a dezembro/96): criação do pólo, com a organização dos serviços emissor (agências de turismo do estado de São Paulo) e receptivo (hoteleiros, barqueiros, monitores). Outro elemento a que se deu atenção foi a Assessoria de Imprensa, visando à institucionalização do projeto e à divulgação nas mídias. Neste momento, realizaram-se viagens experimentais visando a observação dos serviços prestados. Notou-se a falta de capacitação dos moradores envolvidos com o turismo, a falta de técnica e planejamento e a falta de divulgação da destinação;

- terceira fase (abril a junho/97): realização de cursos de capacitação profissional pelo SENAC-CET (Serviço

Nacional de Aprendizagem Comercial - Centro de Estudos em Turismo) em hotelaria, alimentos e bebidas, administração e planejamento, e pelo IEB (Instituto de Ecoturismo do Brasil) em monitoria ambiental. Nesta fase foram produzidos inúmeros materiais de divulgação (50.000 folhetos, 20.000 mapas regionais, 5.000 posters, 5.000 adesivos, 3.000 livros e 1.000 fitas de vídeo). e definido o público-alvo mais favorável - alunos de 1o e 2o graus, devido à experiência dos operadores emissores, à forte vocação regional e à adaptação da infraestrutura existente, já que estes realizam visitas na baixa temporada, durante o período letivo.

- quarta fase (outubro/97 a fevereiro/98): realizada a 2a Jornada de Capacitação Profissional (SENAC - cursos de garçom, higiene com alimentos, cozinha, recepção de hotéis, camareira, atendimentos telefônicos, congelamento de alimentos; IEB - monitores ambientais, biologia do LAGAMAR, marketing e promoção, e organização de projetos). Desenvolveu-se, também, uma ação de marketing em 3.000 escolas através do envio de mala-direta, palestras e assessoria de imprensa, o que culminou na festa do Lagamar. Foi inaugurado o Centro de Interpretação Ambiental - Iguape, que iniciou suas operações em março de 1998, contando com banco de dados informativos, museu, sala de exposição, biblioteca, videoteca, mapas, fotografias e maquetes.

No mesmo espaço, funciona o Centro de Atendimento Turístico - Iguape, que fornece informações sobre hotéis e serviços turísticos, monitoria de impactos e capacitação de recursos humanos.

- próximas etapas: busca de sustentabilidade financeira para o projeto e de novos parceiros; certificação dos serviços ecoturísticos; controle do impacto sobre o meio ambiente; implemento da qualidade nos serviços prestados e implantação do centro de Cananéia.

A análise da região mostra que, anteriormente à criação das Unidades de Conservação que hoje existem no local, as populações que lá habitam viviam da extração de palmito, da pesca, da agricultura de subsistência e do trabalho em fazendas monocultoras de banana e chá. O Governo, com a criação das Unidades de Conservação, passou a restringir a realização dessas atividades e o ecoturismo tornou-se uma das únicas opções de sustento para essas comunidades. Verifica-se, porém, um grande envolvimento por parte das populações locais no processo, fato vital e que segue contra a tendência da maioria dos casos em que são implantadas Unidades de Conservação no Brasil, já que algumas delas apresentam um modelo de exclusão do homem.

Há também um problema social muito sério na região, sendo esta a mais pobre do Estado de São Paulo, em que as comunidades vivem a exclusão social, não tendo toda a infraestrutura necessária para o bem-estar e a qualidade de vida, pois faltam escolas, hospitais e bons acessos. Todos esses fatores prejudicam os moradores e também a captação de turistas.

3. PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO

Ao inserir a atividade ecoturística, o poder público considera

como seus benefícios: “a diversificação da economia regional por meio da indução do estabelecimento de micros e pequenos negócios; a geração local de empregos; a fixação da população no interior; o melhoramento das infra-estruturas de transporte, comunicação e saneamento; a criação de alternativas de arrecadação para as unidades de conservação; a diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural; a diminuição do impacto no plano estético-paisagístico; e a melhoria nos equipamentos das áreas protegidas” [9].

Faltam ações mais efetivas na operação da oferta e no estímulo à demanda, com a criação e fixação da imagem do destino nos núcleos emissores.

A região é modelo de pioneirismo no desenvolvimento do ecoturismo, apesar das várias deficiências decorrentes da falta de experiência. Hoje, o ecoturismo caminha para ser uma realidade na região e, por ter potencial para ser uma atividade pouco impactante, contribui para a conservação do ambiente e a melhora da qualidade de vida da população.

Nota-se que os documentos de planejamento turístico utilizados para a realização da atividade na área atingem dois objetivos diversos: a implementação de uma política de marketing integrada a uma ação sistêmica e a capacitação do morador local para a prática do ecoturismo, valorizando o potencial existente.

Neste contexto, o Prof Eduardo Yázigi realiza uma análise crítica, referencial e pontual sobre questões da transformação da paisagem para o turismo, colocando a necessidade primária da realização do planejamento físico da localidade (através do planejamento urbano e regional) para neste inserir o planejamento turístico, sendo extremamente realista, ao relatar que: “Se partimos da idéia de que está tudo cor-de-rosa, nossas preposições só poderão ser alienadas, retrógradas”. Posiciona-se como um cidadão que quer alterar a atual realidade, sendo: “um brasileiro que vê seu território e suas coisas tão maltratados” [10], porém acreditando no planejamento como instrumento para esta mudança.

A inexistência de um Plano de Ação Integrada comprometido com o território turístico como um todo, torna o projeto carente de ações de preservação do aspecto ambiental. Mesmo os estudos de capacidade de carga, contemplados em diversas modalidades no decorrer das oficinas de capacitação, devem abordar a maximização da atividade no espaço, realizando uma análise deste estudo de potencial no espaço turístico e colocando dois pontos referenciais: como controlar o número máximo de visitantes a ponto de não comprometer a qualidade do local e da experiência e como este espaço comporta as futuras instalações e equipamentos necessários para esta hipotética “nova” paisagem.

Realizar uma ação de avaliação da paisagem futura e do seu grau de sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, exige a participação de agentes responsáveis pelas políticas de desenvolvimento da atividade turística e pela preservação do território.

Para isso, são necessárias atividades que envolvam poderes públicos locais, prefeituras e órgãos de fomento do turismo e meio-ambiente, secretarias de governo do estado de São Paulo responsáveis pelo turismo e pelo meio-ambiente, Embratur e outros que estejam engajados no planejamento do espaço físico e que assumam compromissos de implementação de infra-estrutura básica de apoio.

Diretrizes de parcelamento e uso do solo, agregadas ao planejamento turístico, criariam políticas de restrição ou incentivo de ações em determinadas áreas, de acordo com as necessidades, e especificariam o uso do espaço turístico.

As políticas locais de marketing constituem um mecanismo de conscientização para a colaboração comunitária, a valorização do lugar, a maximização do potencial autóctone na atividade e a consonância com a conscientização ambiental.

Sobre o âmbito municipal, lembra Yázigi que “o município tende a ser, graças a sua grande soberania no uso e ocupação do solo, um dos principais protagonistas na construção da paisagem, (...) ela estabelece as definições: as modalidades de parcelamento do solo; suas taxas de ocupação e gabaritos; o zoneamento de uso; o perímetro urbano; o arruamento e tantos outros itens quantos forem necessários à organização do território (...) e fica sendo responsabilidade do município servir-se dos vários instrumentos que permitem zelar pelo modo de intervenção na área rural...” e para isso sugere que “cabe ao município buscar o controle da urbanização; empenhar-se por austeridade nos termos de referência que promovem renovações e revitalizações urbanas, das quais, aliás, deveria participar uma comissão de notáveis” [11].

Além disso, quando se pensa sobre o desenvolvimento ou a implantação da atividade turística no país, devem-se considerar variáveis como:

- se a população local é carente das condições mínimas de vida;
- se a atividade turística necessitará de usos de equipamentos e serviços totalmente inexistentes no local;
- se o local apresenta uma infra-estrutura deficiente, sem contar com os acessos ao conforto da vida urbana moderna inexistentes.

Todas estas inserções acarretam grandes transformações na paisagem urbana. Transformações benéficas socialmente e economicamente, mas que por outro lado envolvem mudanças na paisagem natural com a implementação de vias de acesso, transportes e serviços. A implantação de infra-estrutura de alojamento, alimentação e de todas as variedades de serviços que não são efetivamente turísticos (como por exemplo Posto de Gasolina, Posto de Saúde, Bancas, etc) devem estar previstas nos programas de planejamento.

Os modelos de planejamento turístico do país não devem somente abordar as relações oriundas da “pressão do mercado”, como muitas vezes acontece, mas devem também considerar a inserção social nas áreas protegidas.

REFERÊNCIAS

-
- [1] EMBRATUR et al., Apostila de oficinas regional. Brochura, São Paulo[199?].

-
- [2] BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico par áreas protegidas. In: LINDERG, Kreg e HAWKINGS, Donald E. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. Senac, São Paulo: 1995, pp. 36.
- [3] Id., Ibid. pp.37.
- [4] ANDERSEN, David L. Uma janela para o mundo natural: o projeto de instalações ecoturísticas. LINDERG, Kreg e HAWKINGS, Donald E. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. Senac, São Paulo: 1995, pp. 199.
- [5] BRANDON, Katrina. Etapas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza In: LINDERG, Kreg e HAWKINGS, Donald E. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. Senac, São Paulo: 1995, pp. 228.
- CRUZ, Rita de Cassia Ariza da *introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2001.
- [6] Id., Ibid. pp.22.
- [7] CRUZ, Rita de Cassia Ariza da *introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2001, pp.13.
- [8] Id, Ibid. pp.31
- [9] Id. Ibid. pp.65
- [10] YÁZIGI, Eduardo Abdo. *Turismo: uma esperança condicional*. 2.ed. rev. e ampl. – São Paulo: Global, 1999, pp.10
- [11] Id. Ibid. pp.80 -82